

Monica Brick Peres: “A portaria 445 não é o problema”

Categories : [Reportagens](#)

Desde que a portaria dos peixes ameaçados foi publicada, em dezembro de 2014, houve uma reação do setor pesqueiro para tentar derrubar a norma que estabeleceu proteção integral para 475 peixes ameaçados de extinção. Originalmente, todas as espécies que constavam nesta lista não poderiam ser pescadas quando a portaria entrasse em vigor, agora em junho.

Temendo perdas econômicas, o setor pesqueiro protestou. O Ministério da Pesca cedeu ao apelo e abriu um grupo de trabalho com representantes dos sindicatos dos pescadores para discutir a portaria de número 445 que proíbe a pesca dos peixes ameaçados. No Congresso, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) e o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentaram [decretos legislativos para sustar](#) a norma. Em meio as reações, o Ministério do Meio Ambiente adiou duas vezes a entrada em vigor da portaria, além de estender o prazo e criar regras especiais para peixes com valor comercial.

No meio da briga entre manter e derrubar a portaria, a Justiça Federal foi chamada para decidir. O Ministério do Meio Ambiente ganhou na primeira decisão, mas perdeu na segunda instância. No último dia 11, a Justiça Federal [suspendeu a validade da portaria](#). A decisão do [desembargador Jirais Aram Meguerian](#), ainda preliminar, afirma que o Ministério do Meio Ambiente não deveria ter editado sozinho a norma, sem a colaboração do Ministério da Pesca.

Em resposta à suspensão da portaria, um grupo de ONGs e especialistas lançou um manifesto pela manutenção da portaria 445. O grupo foi liderado pela Oceana, ONG internacional voltada para à conservação de oceanos.

Na semana passada, ((o))eco conversou com Mônica Brick Peres, ex-gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente e atual diretora geral da [OCEANA no Brasil](#). Para a oceanógrafa, a portaria só evidenciou um problema maior que assola o país, a falta de manejo de pesca.

((o))eco: Por que o manifesto contra a portaria 445?

O que estamos discutindo é que todas essas tentativas de derrubar a [portaria] 445 não deixam de ser o resultado da falta de informação, da falta de divulgação e da forma como a 445 foi publicada: sem discussão, sem consulta. Todas as portarias vieram como uma surpresa. Elas foram descobertas no Diário Oficial. E eu acho que toda a sociedade, os pescadores, os sindicatos, se sentem lesados de alguma forma. Todas as iniciativas de derrubar a norma são reflexo da insegurança que isso gerou. Mas a gente entende que é papel e responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente publicar as listas [de espécies ameaçadas] e elaborar as políticas de conservação

e proteção dessas espécies.

((o))eco: Qual é a solução?

O que é importante como mensagem é que derrubar a 445 não vai resolver o problema. Por que? a 445 só trouxe à tona, ela não é o problema, a 445 trouxe ao conhecimento de todas as pessoas comuns a situação, a falta de gestão, a falta de coleta de dados e a falta de manejo da pesca. Então, sustar, derrubar a 445 não vai resolver o problema.

E a gente sabe que a pesca pode ser uma atividade com baixo impacto se ela tiver um manejo adequado. Para isso a gente precisa de informação. Hoje a gente não tem informação e não tem manejo.

((o))eco: Que tipo de informação?

A gente precisa saber o que é desembarcado. Tudo de peixe, tudo de pescado, que chega no mar e que desembarca na terra, essa é a informação mais fácil de ser coletada e é o mínimo que a gente precisa para manejá-la, mas a gente precisa mais do que isso.

A gente precisa saber o que é capturado, onde, quando e o que é posto fora. Porque quando se sabe o que está sendo posto fora, onde e quando, se consegue evitar que todas essas espécies sejam capturadas, mortas e devolvidas mortas no mar.

Precisamos garantir que o que se tira do mar é uma quantidade que a população consegue repor biologicamente. Temos também que minimizar a captura incidental de espécies que não têm uso e que serão descartadas depois de mortas. O descarte de espécie indesejável é um impacto que só se conhece quando se monitora a pesca. E sem monitoramento não existe essa informação. E, por último, precisamos proteger áreas especialmente sensíveis ou durante épocas específicas do ano. Área de berçários, áreas de ação reprodutiva. Se a gente fizer essas coisas, é possível pescar com um impacto baixo e portanto, é possível pescar e continuar pescando, alimentando as pessoas, gerando empregos.